



Estratégia

OAB

SIMULADO INÉDITO
PARA 1ª FASE DO
XXXII EXAME DE ORDEM

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo e seu gabarito.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.



Estratégia
OAB

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no YouTube

[instagram.com/estrategia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase em do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Jeremias, estudante de moda, celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados Cerqueira e Mitto, composta por dois recém advogados, com o objetivo de que ambos o representem judicialmente em uma ação indenizatória movida em face de David Guetta.

No que tange a procuração judicial referente à prestação desse serviço, assinale a alternativa correta.

- a) A procuração deve ser outorgada aos advogados, com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.
- b) A procuração deve ser outorgada à sociedade, com a expressa enumeração e qualificação dos advogados que a compõem.
- c) A procuração deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram, pois o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a pessoa jurídica.
- d) A procuração pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

Questão 2

Fernando, advogado, foi contratado pela empresa “Doces e Encantos” Ltda. com intuito de representá-la em ação trabalhista promovida por Ana Francisca. Em audiência, o magistrado exigiu a identidade profissional do advogado, e alertou acerca de sua obrigatoriedade diante da não apresentação por Fernando.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O uso do documento de identidade profissional é facultativo, pois não constitui prova de identidade civil para fins legais.
- b) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário e constitui prova de identidade civil para todos os fins legais.
- c) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado, porém facultativo para os estagiários.
- d) O uso do documento de identidade profissional é obrigatório no exercício da atividade de advogado ou de estagiário, embora não constitua prova de identidade civil para fins legais

Questão 3

Igor Maciel, advogado, nunca foi punido disciplinarmente e tampouco processado perante a OAB. No entanto, recentemente, ao se desentender com um de seus clientes, optou por revelar detalhes do processo a parte contrária, com claro intuito de prejudicar o ex-cliente, e inclusive para forçá-lo a pagar os seus honorários advocatícios.

Diante do exposto, sob a acusação de violação de sigilo profissional, Igor Maciel poderá ser apenado em

- a) suspensão.
- b) multa progressiva.
- c) censura.
- d) exclusão, com retenção de honorários.

Questão 4

Paulo Souza, advogado em Brasília, foi contratado por Tiririca, e em razão da urgência, pretende examinar, sem procuração, um processo administrativo instaurado na Câmara dos Deputados, e que não está sujeito a sigilo.

Diante da situação retratada, assinale a alternativa correta.

- a) Paulo poderá examinar os autos do processo administrativo, tomar apontamentos e obter cópia deles.
- b) Paulo está legalmente impedido de examinar os autos do processo administrativo visto que não dispõe de procuração da parte interessada.
- c) Paulo poderá examinar os autos do processo, mas não obter cópia deles, visto que não dispõe de procuração.
- d) Paulo está legalmente impedido de examinar os autos do referido processo visto que, sem procuração, só é permitido examinar autos de processo perante os órgãos do Poder Judiciário.

Questão 5

O advogado Marcos exercia os deveres decorrentes de mandato outorgado para defesa do cliente Arnaldo, mas por motivos pessoais, renunciou ao mandato. Arnaldo, então, o substituiu 3 dias depois de ser notificado da renúncia por Marcos.

Já Maurício, também advogado, atuou sem procuração, alegando que a atuação era urgente.

Com base na situação narrada e no disposto com o Estatuto da Advocacia e a OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) Maurício não poderia atuar sem procuração de forma alguma, e Marcos foi obrigado a permanecer à disposição do seu cliente por dez dias após a notificação da renúncia.
- b) Marcos deveria continuar a representar seu cliente durante dez dias após a notificação da renúncia, porém, como foi substituído antes do término desse prazo, não há mais essa obrigação. Maurício pode atuar sem procuração ao afirmar urgência, mas deve apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período.
- c) Marcos continuou a representar seu cliente durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia, não podendo ser substituído nesse período. Maurício poderia atuar sem procuração ao afirmar urgência, devendo apresentá-la no prazo de dez dias.
- d) Maurício pode atuar sem procuração ao afirmar urgência, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, e Marcos não tem mais qualquer obrigação relacionada ao mandato desde a notificação da renúncia.

Questão 6

Rodrigo, advogado, precisava comunicar-se com magistrado em sala de trabalho, que se recusou a recebê-lo, afirmando que Rodrigo não havia marcado hora e que, portanto, não poderia dirigir-se aos magistrados naquele momento.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e a OAB, Rodrigo

- a) Não poderia dirigir-se aos magistrados na sala de trabalho sem agendar horário, pois há hierarquia entre advogados e magistrados.
- b) Pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que o magistrado seja seu superior hierárquico.
- c) Não pode dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho sem horário agendado, ainda que não exista hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público.
- d) Não teve seus direitos como advogado respeitados, pois é direito do advogado dirigir-se aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário marcado ou qualquer outra condição.

Questão 7

Charles, inglês, é advogado, graduado em direito em Universidade na Escócia. Após passar férias no Brasil, Charles se encantou com o país e decidiu morar aqui. Ao questionar se poderia advogar no País, foi informado corretamente que

- a) Charles poderia advogar no Brasil caso fizesse a prova do seu título de graduação obtido no exterior e revalidado no Brasil, e efetuasse inscrição como advogado nos quadros da OAB.
- b) Charles, por não ser brasileiro, poderia inscrever-se como advogado sem aprovação em Exame de Ordem, desde que fizesse prova do seu título de graduação obtido no exterior.
- c) Charles só poderia advogar no Brasil se obtivesse nova graduação em direito em instituição brasileira, pois não seria possível revalidar seu título obtido em instituição estrangeira.
- d) Charles, por ser estrangeiro, pode advogar no Brasil sem inscrição como advogado, desde atue somente em causas relacionadas ao seu país de origem.

Questão 8

Eduardo e Rogério são amigos, acabaram de concluir graduação em direito, e estão estudando para o Exame de Ordem, pois querem ser advogados. Ao estudarem o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, Eduardo ficou em dúvida acerca dos órgãos da OAB e suas competências, e decidiu pedir ajuda a Rogério, que conhecia muito bem o Regulamento. Rogério afirmou, corretamente, que

- a). Caso seja constatada grave violação do Estatuto ou do Regulamento Geral, o Presidente do Conselho Federal notifica o Conselho Seccional para apresentar defesa.
- b) O Órgão Especial do Conselho Pleno é composto pelos ex-Presidentes e por dois Conselheiros Federais integrantes de cada delegação.
- c) O Conselho Federal é o órgão supremo da OAB, e são órgãos do Conselho Federal o Conselho Pleno, o Órgão Especial do Conselho Pleno, a Primeira, Segunda e Terceira Câmaras, a Diretoria e o Presidente.
- d) Compete à Diretoria do Conselho Federal deliberar sobre recurso contra decisões unânimes das Turmas, quando estas contrariarem a Constituição, as leis, o Estatuto, decisões do Conselho Federal, o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina ou os Provimentos.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

No livro nomeado Teoria do Ordenamento Jurídico, e Norberto Bobbio afirma que não se deve definir o Direito do ponto de vista da norma jurídica considerada de maneira isolada. Em outras palavras, a definição do Direito não está na teoria da norma, mas na teoria do ordenamento jurídico.

Com base nisso, é CORRETO afirmar:

- a) A sanção é um elemento fundamental dentro da ideia de ordenamento jurídico, razão pela qual é possível igualar Direito a norma.
- b) A ideia da existência de lacuna é um desafio ao conceito de completude do ordenamento jurídico, uma vez que o ordenamento jurídico não admite solução fora dele.
- c) Além da coerência, é característica necessária do ordenamento jurídico a completude.
- d) O ordenamento estabelece a eficácia das normas a partir de uma complexa organização que determina a natureza e a entidade das sanções, bem como as pessoas que devam exercê-las e a sua execução.

Questão 10

Hans Kelsen afirmou que a teoria pura do direito é uma teoria geral do direito positivo.

Assim sendo, é CORRETO afirmar:

- a) O direito posto deve se submeter a análises puramente valorativas.
- b) Para se expandir como ciência o direito deve se voltar ao conteúdo das leis.
- c) O direito não deve realizar abertura para elementos axiológicos.
- d) O direito não é um conjunto de normas, mas a norma em si.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O retorno do tipo B da gripe influenza está gerando um risco de aumento dos casos graves da doença no período que, historicamente, já foi registrado o maior contingente de infectados. Para conter a epidemia, o Estado com maior índice de contágio elabora a Lei 123 que obriga os médicos públicos e particulares que atuam em seu território a notificarem os casos de doentes à Secretaria de Saúde. A mesma lei também traz a previsão de responsabilidade civil do médico que não realizar a notificação. De acordo com o caso narrado acima, assinale a alternativa correta.

- a) É constitucional a necessidade de notificação dos casos e o dispositivo da lei estadual que atribui responsabilização civil ao médico por falta de notificação, pois as matérias encontram-se no âmbito da competência legislativa concorrente dos Estados para legislar sobre defesa da saúde.
- b) É inconstitucional a necessidade de notificação dos casos e o dispositivo da lei estadual que atribui responsabilização civil ao médico por falta de notificação, pois as matérias encontram-se no âmbito da competência da União.
- c) A necessidade de notificação dos casos é inconstitucional, pois a matéria encontra-se no âmbito da competência da União para legislar sobre defesa da saúde. O dispositivo da lei estadual que atribui responsabilização civil ao médico por falta de notificação é constitucional, visto que se trata de competência comum.
- d) A necessidade de notificação dos casos é constitucional, pois a matéria encontra-se no âmbito da competência legislativa concorrente dos Estados para legislar sobre defesa da saúde. Por outro lado, o dispositivo da lei estadual que atribui responsabilização civil ao médico por falta de notificação é inconstitucional, cabe à União legislar sobre a matéria.

Questão 12

Recentemente, o Brasil assinou um tratado internacional sobre as novas formas de controle do comércio exterior. Tal tratado foi discutido na Organização Mundial do Comércio. Assinale a opção correta com base sistema jurídico constitucional vigente.

- a) Cabe ao Presidente da República assinar o documento internacional, que deve logo em seguida ser submetido ao Congresso Nacional. Nesse sentido, a Constituição Federal estabelece ser da competência do poder legislativo federal resolver definitivamente sobre Tratados Internacionais. O tratado internacional, depois de internalizado, ingressará no ordenamento jurídico com status de Lei Ordinária.
- b) Cabe ao Presidente da República assinar o documento internacional, que deve ser submetido ao STF, a quem compete resolver definitivamente sobre Tratados, promovendo a sua internalização. O tratado internacional referido na questão, depois de internalizado, ingressará no ordenamento jurídico com status de Lei Complementar.
- c) Cabe ao Presidente da República tão somente assinar o documento internacional, que deve ser submetido ao STJ, a quem compete resolver definitivamente sobre Tratados, promovendo a sua internalização. O tratado internacional referido na questão, depois de internalizado, ingressará no ordenamento jurídico com status de Lei Ordinária.
- d) Cabe ao Presidente da República assinar o documento internacional, que deve ser submetido ao STF, a quem compete resolver definitivamente sobre Tratados, promovendo a sua internalização. O tratado internacional referido na questão, depois de internalizado, ingressará no ordenamento jurídico com status de Lei Ordinária.

Questão 13

Karla, diretora-presidente da autarquia Z do Estado Alfa, celebrou um contrato de compra e venda sem prévia licitação. O referido contrato teve como objeto a alienação de algumas motos da frota pertencente à autarquia para a Carlos e a Rodrigo por menos de dez por cento de seu valor de mercado. Contudo, ao saber do ocorrido, o vereador João não concordou e decidiu ajuizar uma ação para anular o negócio jurídico e responsabilizar os autores. De acordo com o ordenamento jurídico assinale a alternativa correta.

- a) João pode ajuizar mandado segurança para anular o ato lesivo ao patrimônio público, visto que se trata de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data.
- b) É cabível o ajuizamento de uma ação popular para anular ato lesivo ao patrimônio público e João possui legitimidade.
- c) João pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade para anular o ato lesivo ao patrimônio público.
- d) João não pode ajuizar ação popular para anular o ato lesivo, pois não possui legitimidade.

Questão 14

O Senador da República Mário foi preso em flagrante por crime inafiançável. As autoridades responsáveis pela prisão comunicaram o fato ao Poder Judiciário, que manteve a prisão. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A manutenção da prisão por decisão judicial é inconstitucional, pois os autos deveriam ter sido remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que ela deliberasse sobre a manutenção da prisão ou não. Assim, pela presença da ilegalidade cabe a impetração de habeas corpus perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) É possível a manutenção da prisão por decisão judicial, uma vez que, cabe ao Poder Judiciário deliberar sobre.
- c) A manutenção da prisão por decisão judicial é inconstitucional, pois os autos deveriam ter sido remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que ela deliberasse sobre a manutenção da prisão ou não. Diante da ilegalidade da manutenção da prisão, cabível a impetração de habeas corpus perante o Tribunal Regional Federal.
- d) A manutenção da prisão por decisão judicial é inconstitucional, pois os autos deveriam ter sido remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que ela deliberasse sobre a manutenção da prisão ou não. Diante da ilegalidade da manutenção da prisão, cabível a impetração de habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça.

Questão 15

Um grupo de senadores entendeu que determinado decreto editado pelo Presidente da República extrapolou os limites do poder regulamentar. Por isso eles decidiram juntos apresentar proposta de edição de resolução, pelo Senado Federal, com o objetivo de suspender os efeitos de tal decreto. Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) A edição da referida medida pelo Senado é inconstitucional, porque a edição da referida resolução é da competência privativa da Câmara dos Deputados.
- b) A edição da referida medida pelo Senado é inconstitucional, porque a edição da referida resolução é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
- c) A edição da resolução pelo Senado é constitucional, dependendo ainda da sanção presidencial.
- d) A edição da referida medida pelo Senado é inconstitucional, pois cabe ao Poder Judiciário examinar se o decreto do Poder Executivo ultrapassou o limite do seu poder regulamentar.

Questão 16

Em 2020, Pedro, chefe do Poder Executivo Federal editou uma medida provisória para disciplinar matérias sobre a carreira do Ministério Público e remete o texto da MP para a Câmara dos Deputados. O parecer da Comissão Mista de Deputados e Senadores foi contrário à MP. Contudo, após a apreciação e votação em sessão conjunta do Congresso Nacional, houve a aprovação do texto, que ocorreu depois de 62 dias de deliberação legislativa. A medida provisória é:

- a) formal e materialmente constitucional, uma vez que obedeceu a todos os parâmetros constitucionais.
- b) materialmente constitucional, mas formalmente inconstitucional pois a sua apreciação e aprovação ocorreu após o prazo improrrogável de 60 dias.
- c) formal e materialmente inconstitucional. A MP deveria ter sido apreciada pelo plenário de cada Casa em sessão separada. Além disso, a matéria não poderia ter sido tratada por uma MP por vedação expressa da Constituição Federal.
- d) é materialmente constitucional e formalmente inconstitucional. As medidas provisórias não devem ser encaminhadas à Câmara dos Deputados, mas ao Congresso Nacional.

Questão 17

Um juiz de direito proferiu uma sentença contra a empresa pública “X”. Tal sentença violou o teor de uma súmula vinculante. Por conta disso, qual é o instrumento processual cabível para que o reconhecimento célere e definitivo da injuridicidade da sentença, com a sua consequente cassação?

- a) é cabível apelação endereçada ao Supremo Tribunal Federal.
- b) o instrumento adequado é o recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) é cabível a reclamação endereçada ao Supremo Tribunal Federal.
- d) cabe o recurso ordinário endereçado ao Superior Tribunal de Justiça.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Um casal de pais, bastante preocupado com o futuro do filho, decidiu que este só pararia de estudar quando atingisse o nível de PHD em sua área de formação. Ocorre que, por morarem em uma cidade pequena, as instituições públicas só ofereciam graduações, cabendo à iniciativa privada o oferecimento dos demais níveis de pós-graduação. Considerando as disposições contidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), pode-se afirmar que:

- a) A DUDH prevê que todo ser humano tem direito à instrução e esta deverá ser gratuita em todos os seus graus.
- b) Além da gratuidade, a Declaração estabelece que a instrução elementar e fundamental será obrigatória.
- c) De acordo com a Declaração, a instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
- d) Os pais não podem interferir no gênero de instrução que será ministrada a seu filho.

Questão 19

Em razão da crise que assola a Venezuela, muitos cidadãos têm migrado para o Brasil buscando melhores condições de vida. O prefeito de um pequeno município fronteiriço, diante do grande número de venezuelanos na cidade, decidiu expulsar todos e os proibiu de regressarem. Nessa situação, é correto que:

- a) O Prefeito não poderia ter expulsado os venezuelanos, inclusive pela expressa vedação à expulsão coletiva de estrangeiros consignada na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- b) O Prefeito, como Chefe do Executivo local, agiu corretamente pois amparado pelo seu dever legal de buscar a proteção dos interesses dos cidadãos do Município.
- c) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos veda a expulsão de nacionais, mas nada menciona quanto à expulsão de estrangeiros por tratar-se de tema atrelado ao exercício da soberania de cada Estado.
- d) Caso ficasse evidente a sobrecarga dos aparelhos estatais, o Prefeito poderia entregar os venezuelanos a seu país de origem, ainda que estivessem com seu direito à vida ou à liberdade em risco em razão de suas condições sociais.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, eis que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

Questão 21

O estado membro das Nações Unidas que viole persistentemente os princípios contidos na Carta daquele organismo internacional está sujeito à sanção, que decorre de recomendação de instância interna daquele organismo, mediante procedimento que se caracteriza, a saber:

- a) a sanção consiste na perda de todas as ajudas e subsídios internacionais mediados pela Organização das Nações Unidas, a partir de recomendação da Assembléia Geral, a ser confirmada pelo Conselho de Segurança.
- b) a sanção consiste na suspensão por tempo indeterminado da participação do Estado penalizado na Organização das Nações Unidas, a partir de proposta da Assembléia Geral, que será encaminhada para confirmação do Conselho de Segurança.
- c) a sanção consiste em determinação da perda de direito de voto na Assembléia Geral, por parte do Estado penalizado, a partir de recomendação de dois terços dos membros da Organização das Nações Unidas.
- d) a sanção consiste em possibilidade de expulsão da Organização das Nações Unidas, pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Em meados do ano de 2018 o agricultor Ricardo Torques teve sua extensa propriedade rural invadida por trinta e uma (31) famílias de camponeses pertencentes a um movimento social. Inconformado, ele moveu, tempestivamente, ação de reintegração de posse com pedido de medida liminar, objetivando ser reintegrado na posse do imóvel, medida essa que até hoje não foi deferida. Com base na situação apresentada, é correto afirmar que o ITR - Imposto Territorial Rural referente ao presente exercício:

- a) É inexigível ante o desaparecimento da base material do fato gerador.
- b) É exigível ante a ocorrência do fato gerador.
- c) Fica com a exigibilidade suspensa enquanto não houver a reintegração na posse.
- d) Foi alcançado por hipótese de exclusão do crédito tributário.

Questão 23

A sociedade empresária ABC Ltda. tem como objeto social a venda de materiais de construção. Para o regular exercício de sua atividade necessita transferir, regularmente, diversas mercadorias (itens de estoque) entre os seus estabelecimentos, todos localizados em municípios do Estado de São Paulo. Por entender que há a incidência de ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços nessa operação, sobre o fundamento de que as mercadorias circularam entre os diferentes estabelecimentos da sociedade empresária, os Agentes Fiscais do Estado de São Paulo retiveram alguns itens de estoque que estavam sendo deslocados entre as filiais, visando compelir a sociedade empresária a pagar o referido imposto. Com base nos dados apresentados, é correto afirmar que:

- a) O imposto é devido e a apreensão das mercadorias é constitucional.
- b) O imposto é devido e a apreensão das mercadorias é inconstitucional.
- c) O imposto não é devido e a apreensão das mercadorias é constitucional.
- d) O imposto não é devido e a apreensão das mercadorias é inconstitucional.

Questão 24

Igor Maciel é servidor público do Município de Porto Alegre/RS. Desde o ano de 2016 vinha sofrendo a retenção de um adicional de IR - Imposto de Renda sobre a sua remuneração, criado por meio de lei Municipal. Ocorre que o referido adicional foi julgado inconstitucional em Ação Direta de Inconstitucionalidade, em decisão já transitada em julgado. Diante dessa hipótese, é correto afirmar que Igor Maciel:

- a) Deverá propor Ação de Repetição de Indébito em face da União, por se tratar de tributo federal, se quiser reaver os valores de adicional de IR - Imposto de Renda que lhe foram retidos.
- b) Não poderá propor Ação de Repetição de Indébito, pois o adicional de IR - Imposto de Renda foi julgado inconstitucional em Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- c) Deverá propor Ação de Repetição de Indébito em face do Município de Porto Alegre, mesmo que se trate de tributo federal, se quiser reaver os valores de adicional de IR - Imposto de Renda que lhe foram retidos.
- d) Deverá propor Ação de Repetição de Indébito em face da União e do Município de Porto Alegre, em litisconsórcio passivo necessário, por se tratar de tributo federal retido por Município, se quiser reaver os valores de adicional de IR - Imposto de Renda que lhe foram retidos.

Questão 25

O Município do Rio de Janeiro/RJ propôs Ação de Execução Fiscal em face de Cristiano Rodrigues, objetivando cobrar ISS - Imposto sobre Serviços que lhe é devido. Ao receber a citação ele procurou imediatamente o seu Advogado, que percebeu que a CDA - Certidão da Dívida Ativa que acompanhava a petição inicial da execução não continha a descrição da forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei. Sobre a hipótese, é correto que a CDA - Certidão da Dívida Ativa em questão:

- a) Possui um vício de nulidade insanável.
- b) Possui um vício de nulidade, mas essa nulidade poderá ser sanada até a data de vencimento do tributo.
- c) Possui um vício de nulidade, mas essa nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância.
- d) Possui um vício de nulidade, mas essa nulidade poderá ser sanada até a decisão do Recurso de Apelação.

Questão 26

Paulo Sousa foi citado em Execução Fiscal para pagar débito tributário no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil Reais) ou apresentar bens à penhora no prazo legal. Transcorrido o prazo, ele permaneceu inerte, deixando de pagar o débito ou de oferecer bens à penhora. Diante disso, o procurador da Fazenda Nacional requereu a decretação da indisponibilidade dos bens e direitos de Paulo, nos termos do Art. 185-A do CTN, o que foi imediatamente deferido pelo juiz, que determinou, em caráter de tutela provisória cautelar, a indisponibilidade dos bens e direitos do executado, no valor de até duas vezes o montante da dívida, como forma de garantir a efetividade final da execução. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) É permitido ao juiz determinar a indisponibilidade de bens e direitos do executado após a citação acaso o executado permaneça inerte.
- b) O Juiz só poderia ter decretado a indisponibilidade de bens após o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis, o qual fica caracterizado quando infrutíferos o pedido de constrição sobre ativos financeiros (BACENJud) e a expedição de ofícios aos registros públicos do domicílio do executado, ao Denatran ou Detran.
- c) É permitido ao juiz determinar a indisponibilidade dos bens e direitos do executado no valor de até duas vezes o montante da dívida, como forma de garantir a efetividade final da execução.
- d) A indisponibilidade de bens e direitos não pode ser requerida em processo de Execução Fiscal, exigindo processo específico autônomo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

O Poder Público do Estado Delta necessitará utilizar a propriedade de Flávio para a colocação de postes de eletricidade para abastecimento de energia de uma pequena cidade, serviço essencial e urgente no local. Sobre a utilização da propriedade de Flávio, é correto afirmar que

- a) Trata-se de requisição administrativa, modalidade de intervenção do Estado na propriedade que podendo incidir sobre bens móveis, imóveis e serviços, cuja indenização é ulterior e devida apenas se houver dano.
- b) Trata-se de servidão administrativa, modalidade de intervenção do Estado na propriedade que pode incidir sobre bens móveis, imóveis e serviços, cuja indenização é prévia e devida em qualquer caso.
- c) Trata-se de requisição administrativa, modalidade de intervenção do Estado na propriedade que incide apenas sobre bens imóveis cuja indenização é prévia e devida apenas se houver dano.
- d) Trata-se de servidão administrativa, modalidade de intervenção do Estado na propriedade, que incide apenas sobre bens imóveis cuja indenização é prévia e devida apenas se houver dano.

Questão 28

Por questão de conveniência e oportunidade, determinado ato da Administração Pública será revogado. Diante do caso, é correto afirmar que

- a) No controle interno da Administração Pública, o ato poderá ser revogado tanto pela própria Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário no prazo de cinco anos.
- b) O ato poderá ser revogado apenas pela própria Administração Pública, tratando-se de um juízo discricionário do Administrador, sendo seu efeito *ex nunc*.
- c) A Administração Pública não pode revogar seus próprios atos, apenas anulá-los em razão de alguma ilegalidade.
- d) O ato poderá ser revogado pela própria Administração Pública, baseada no princípio da autotutela e pelos Poderes Legislativo e Judiciário por ilegalidade.

Questão 29

A construtora Demolir venceu o procedimento licitatório para a construção de uma universidade pública estadual. Para entregar a obra no prazo certo, a construtora Demolir fez uma cessão parcial do objeto do contrato subcontratando a empresa Só Pisos LTDA, pessoa jurídica do ramo de pisos e acabamentos. Sobre a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) A cessão parcial feita pela construtora Demolir não é admitida pela Lei de Licitações, eis que constitui ofensa à natureza pessoal dos contratos administrativos.
- b) Somente é permitida pela Lei de Licitações a cessão total dos contratos feitos pela contratada em procedimento licitatório.
- c) A Lei de licitações permite a cessão parcial do contrato, podendo a construtora Demolir subcontratar parte da obra.
- d) Apenas serviços podem ser subcontratados, não sendo permitida a subcontratação de obras ou fornecimento.

Questão 30

Determinado Estado pretende criar uma fundação pública para a realização de atividades culturais. Com base na situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) As fundações públicas de direito público deverão ser criadas por lei, cabendo à lei ordinária definir as áreas de sua atuação, ao passo que, a criação das fundações públicas de direito privado é autorizada por lei.
- b) As fundações públicas, sejam elas de direito privado ou de direito público, somente poderão ser criadas por lei complementar específica.
- c) Nesse caso, a fundação deverá ser necessariamente privada, já que não é permitida pelo ordenamento jurídico a criação de uma fundação pública de direito público para fins culturais.
- d) As fundações públicas de direito público deverão ser criadas por lei, cabendo à lei complementar definir as áreas de sua atuação, ao passo que a criação das fundações públicas de direito privado são autorizadas por lei.

Questão 31

João Marcos foi internado em um hospital público do município de Delta para se submeter a uma cirurgia simples de cálculo renal. Contudo, em razão de erro médico comprovado posteriormente por perícia, João veio a óbito. Diante do caso, é correto afirmar que

- a) A família de João Marcos poderá pleitear judicialmente indenização diretamente em face do cirurgião, agente público que cometeu o erro médico.
- b) A família de João Marcos poderá demandar diretamente o município Delta que responderá pelos danos de forma objetiva.
- c) Descabe falar em responsabilidade civil do município uma vez que o erro médico foi praticado pelo próprio agente público.
- d) A família de João Marcos poderá entrar com ação judicial tanto em face do município como também do médico, agente público causador do dano.

Questão 32

Pablo, servidor público do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, deixou de praticar determinado ato de sua função quando percebeu que seu vizinho com quem possui antiga desavença seria o beneficiário. Sobre a conduta de Pablo, é correto afirmar que

- a) Não pode ser considerada como abuso de poder, uma vez que este só ocorre na modalidade comissiva.
- b) Não pode ser considerada como abuso de poder, pois o sujeito ativo deve ser membro do Poder Executivo.
- c) É considerada abuso de poder, mesmo sendo uma conduta omissiva.
- d) Apenas seria considerada abuso de poder caso Pablo auferisse vantagem financeira.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Roserval tem uma propriedade rural situada em área de florestas localizada na Amazônia Legal. Ele procura o órgão ambiental competente para saber qual o percentual de seu imóvel rural deverá ser destinado como área de reserva legal. De acordo com o Código Florestal, a orientação correta seria:

- a) 80% (oitenta por cento)
- b) 35% (trinta e cinco por cento)
- c) 20% (vinte por cento)
- d) 15% (quinze por cento)

Questão 34

Paulo Sousa deseja criar uma unidade de conservação de uso sustentável em sua propriedade, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. Tem o interesse também de permitir a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. Neste caso, de acordo com a Lei 9.985/00, qual unidade de conservação seria indicada:

- a) RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural)
- b) Parque Nacional
- c) Reserva Biológica
- d) Estação Ecológica

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Mateus, se envolveu em uma briga com um grupo de amigos, na festa em que estava com sua namorada. Ao sair do local, Mateus foi brutalmente assassinado pelo grupo de amigos, que desferiram diversos golpes de faca contra o rapaz. Sobre a morte de Mateus em si, é correto afirmar que

- a) Trata-se de um fato jurídico em sentido estrito, pois, embora a conduta humana esteja presente, ela não interessa.
- b) Trata-se de um ato-fato jurídico, em que é necessária a conduta humana.
- c) Trata-se de ato jurídico em sentido estrito, em que, o direito acolhe a manifestação de vontade e pré-determina os efeitos que ela terá.
- d) Trata-se de ato jurídico em sentido amplo, em que a vontade humana deve ser exteriorizada.

Questão 36

Maria José, uma senhora de oitenta anos, prometeu dar a sua neta, Luiza, um carro, caso conseguisse se curar de um vírus que atingiu o mundo inteiro. A promessa trata de um negócio jurídico subordinado a

- a) Termo inicial, evento futuro e incerto que subordina a eficácia do negócio.
- b) Condição suspensiva, evento futuro e incerto que subordina a eficácia do negócio.
- c) Condição resolutiva, evento futuro e incerto que subordina a eficácia do negócio.
- d) Termo final, evento futuro e certo que subordina a ineficácia do negócio.

Questão 37

Antônio Carlos era casado com Laura há mais de vinte anos, mas estavam separados de fato há três anos, pois ele começou a beber muito e agredir sua esposa. Diante de tantas agressões físicas e verbais, a convivência se tornou impossível e Laura foi morar com uma irmã, mas nunca se divorciaram, pois nenhum dos dois tinha a intenção. Antônio Carlos sempre pedia para que a esposa voltasse para a casa, o que foi atendido algumas vezes, mas ele voltava a beber e a agredia novamente. Antônio Carlos possuía vasto patrimônio e veio a falecer em decorrência de uma doença no fígado. Pouco antes de falecer, Antônio Carlos fez um testamento deixando todo o seu patrimônio para um amigo, André, para se vingar de sua esposa, que não voltou para a casa do casal. Além de Laura, Antônio Carlos tinha como parente vivo, um irmão, Marcos. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) Antônio Carlos não respeitou a legítima, pois Laura e Marcos são herdeiros necessários.
- b) André herdará todo o patrimônio de Antônio Carlos, pois este último estava separado de fato de sua esposa há mais de dois anos e o irmão não é herdeiro necessário.
- c) Deverá ser feita a redução das disposições testamentárias para respeitar a legítima de Laura, que é herdeira necessária. Marcos, por sua vez, não herdar nada.
- d) Apenas André e Marcos herdarão o patrimônio deixado por Antônio Carlos, devendo ser feita a redução das disposições testamentárias para respeitar a legítima do irmão.

Questão 38

As fazendas de Joana e Heitor são vizinhas. Para acessar a via pública, fica mais fácil para Heitor, passar pela fazenda de Joana, o que faz há algum tempo. Então, mediante acordo, Joana e Heitor fizeram um contrato, registrando-o no Cartório de Registro de Imóveis. Neste caso, trata-se de uma

- a) Servidão de passagem, direito de vizinhança, ato de vontade, por via contratual ou testamentária, que exige indenização.
- b) Passagem forçada, direito de vizinhança, obrigação imposta por lei, que exige indenização.
- c) Servidão de passagem, direito real, ato de vontade, por via contratual ou testamentária, podendo ser usucapido e a indenização não é obrigatória.
- d) Passagem forçada, exigindo registro no cartório de registro de imóveis

Questão 39

Lucas, maior e capaz, separado de fato, constituiu união estável com Beatriz, menor com quinze anos de idade. Beatriz está grávida de seu primeiro filho com Lucas e registraram a união estável em cartório. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) A união estável de Lucas e Beatriz é nula, já que, embora Lucas esteja separado de fato, não é permitida a união estável de pessoas casadas.
- b) A união estável de Lucas e Beatriz é válida, embora ela não tenha atingido a idade núbil, o fato de estar grávida permite a união, assim como ocorre com o casamento.
- c) A união de Lucas e Beatriz é válida, já que a idade núbil é exigida apenas para o casamento, não se aplicando a união estável.
- d) A união de Lucas e Beatriz é anulável, pois ela não atingiu a idade mínima para constituir união estável.

Questão 40

Alessandro prometeu, mediante anúncios na internet, a pagar uma recompensa para quem achasse o seu cachorro, Mike, um labrador branco, que estava perdido. Vinicius, sem saber da promessa de recompensa, encontrou o cachorro perdido, ao mesmo tempo que Cristiane, que sabia da promessa de recompensa. Ambos foram até Alessandro levar o cachorro perdido. Ao chegar no local, Vinicius soube do valor prometido em recompensa pelo cachorro perdido, exigindo também o valor de Alessandro, assim como Cristiane. Sobre a situação hipotética, é correto afirmar que

- a) Tanto Vinicius quanto Cristiane terão direito ao valor da recompensa, que deve ser repartido em partes iguais para ambos.
- b) Apenas Cristiane terá direito a recompensa oferecida por Alessandro, já que Vinicius não sabia da sua existência quando encontrou o cachorro.
- c) Caso Alessandro tivesse estipulado prazo para o cumprimento da obrigação e, antes de atingido o prazo, tivesse revogado a promessa, Vinicius e Cristiane não teriam direito a recompensa, eis que o promitente pode revogar a promessa a qualquer tempo.
- d) Apenas Vinicius terá direito a recompensa oferecida por Alessandro, porque o direito brasileiro dá prioridade as atitudes altruísticas.

Questão 41

Felipe soube por um amigo que a propriedade de Pedro estava vazia, pois havia demitido o funcionário que tomava conta do local. Felipe sabia também que Pedro ficava muito tempo sem ir até o local, já que morava fora do país. Aproveitando-se disso, Felipe decidiu invadir a propriedade de Pedro, passando a residir no local, sempre se ocultando quando alguém batia à porta. Sobre a situação, é correto afirmar que

- a) A posse de Felipe é clandestina, mas caso atingido o tempo previsto em lei, a propriedade poderá ser usucapida por ele, mesmo que a clandestinidade permaneça.
- b) A posse de Felipe é violenta, pois invadiu o local sem que o proprietário tivesse conhecimento, não possibilitando a chance de defesa.
- c) A posse de Felipe é clandestina, não autorizando a usucapião enquanto durar a clandestinidade.
- d) A posse de Felipe é precária, pois adquirida com abuso de confiança.



DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Maria Joaquina é uma criança de 6 anos e filha de Marina e Joaquim. Os genitores, depois de um longo período de desemprego e sem reservas financeiras, começaram a praticar pequenos furtos que, com o passar do tempo, transformaram-se em roubos. Com base nessa breve narrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Considerando que Marina e Joaquim, ambos desempregados, não dispunham de recursos materiais deve ser declarada a suspensão de seu poder familiar.
- b) O caso hipotético apresentado permite que Maria Joaquina seja posta em família substituta até que a situação de seus pais melhore e, assim, ela possa retornar à sua família de origem.
- c) Eventual condenação criminal dos pais de Maria Joaquina pelos furtos e roubos praticados não implicará a perda ou suspensão do poder familiar.
- d) A simples condenação criminal transitada em julgado, independente da natureza do crime cometido, é suficiente para gerar a perda ou suspensão do poder familiar.

Questão 43

Allan, atualmente com 32 anos, deseja adotar Johannes, adolescente de 17 anos. Os pais de Johannes faleceram quando este ainda era um bebê de colo e, por esse motivo, Allan, que sempre foi amigo do casal, responsabilizou-se pela educação e formação de Johannes. Nesse caso:

- a) Allan poderá adotar Johannes por procuração, desde que seja expressa a sua livre intenção de adotar o adolescente.
- b) Por conviver com Allan há muitos anos, Johannes está dispensado de consentir quanto à sua adoção.
- c) O processo de adoção de Johannes deverá ser concluído em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária.
- d) Allan não poderá adotar Johannes pois não há a diferença etária exigida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Flávia, ao atravessar uma faixa de pedestres, foi atingida por um caminhão de entregas da Loja Pic & Aretas LTDA. Em decorrência do acidente, Flávia teve diversas fraturas, perdendo completamente os movimentos de uma das pernas. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que

- a) Flávia não pode se valer da proteção das regras do CDC, pois não é considerada consumidora e não tinha qualquer relação de consumo com o ônibus que a atingiu.
- b) Houve vício na prestação do serviço e, como Flávia é considerada consumidora por equiparação, devem ser aplicadas as regras das relações de consumo.
- c) Flávia é considerada consumidora por equiparação e tem o direito de ser indenizada com a aplicação das regras das relações consumeristas, respondendo o causador do dano pelo acidente de consumo.
- d) Flávia é considerada consumidora por equiparação, mas o causador do dano somente será responsabilizado caso seja comprovada a sua culpa.

Questão 45

Amélia, idosa, foi ao mercado comprar alguns itens que faltavam para a sua casa. Ao chegar no local, deparou-se com uma enorme placa indicando uma promoção: na compra de café, o cliente ganharia uma garrafa térmica. Amélia comprou, então, um café da marca referida apenas para ganhar a promoção. Contudo, ao chegar no caixa e exigir sua garrafa térmica, Amélia foi informada que apenas ganharia o brinde aquele consumidor que comprasse acima de vinte pacotes de café, apesar de a informação não constar expressamente em nenhum local. Sobre a situação hipotética, assinale a alternativa correta

- a) A conduta do mercado não pode ser considerada propaganda enganosa, pois esta não ocorre por omissão.
- b) O mercado somente será responsabilizado caso seja comprovada a sua culpa.
- c) A propaganda enganosa ocorre apenas quando há informações que sejam prejudiciais à vida ou integridade física dos consumidores.
- d) Houve propaganda enganosa, uma vez que o mercado deixou de prestar informações essenciais para a correta identificação da publicidade ofertada.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Manoel é empresário individual e titular do estabelecimento Pasteizinhos de Belém Ltda. ME. Acontece que Manoel e Maria estão noivos e pretendem se casar adotando o regime de separação de bens mediante celebração de pacto antenupcial.

Celebrado o pacto antenupcial entre os nubentes, o advogado contratado por Manoel deverá providenciar o arquivamento e a averbação do documento

- a) no Registro Civil de Pessoas Naturais e a publicação na imprensa oficial.
- b) no Registro Civil de Pessoas Naturais e no Registro Civil de Títulos e Documentos.
- c) no Registro Público de Empresas Mercantis e a publicação na imprensa oficial.
- d) no Registro Público de Empresas Mercantis e no Registro Civil de Pessoas Naturais.

Questão 47

Miguel e Paulo pretendem constituir uma sociedade do tipo limitada porque não pretendem responder subsidiariamente pelas obrigações sociais. Na consulta a um advogado previamente à elaboração do contrato, foram informados de que, nesse tipo societário, todos os sócios respondem

- a) solidariamente, sem restrições do valor da quota.
- b) até o valor da quota de cada um, sem solidariedade entre si e em relação à sociedade.
- c) solidariamente pela integralização do capital social.
- d) solidariamente pelas obrigações sociais.

Questão 48

Laércio emitiu quatro cheques em 10 de dezembro de 2019, mas esqueceu de depositar um deles. Entretanto, Laercio tem uma dívida a ser paga a Alzira e sendo beneficiário desse quarto cheque, Laércio o endossou em preto, datando no verso “dia 10 de Fevereiro de 2020”, vale ressaltar que o lugar de emissão do quarto cheque é o mesmo do de pagamento.

Sobre esse endosso, assinale a afirmativa correta.

- a) O endosso produz seus efeitos legais porque a transmissão do cheque se deu dentro do prazo de apresentação.
- b) No endosso em preto, o endossatário fica dispensado da apresentação em tempo hábil do cheque ao sacado.
- c) O endosso do cheque tem efeito de cessão de crédito por ter sido realizado após o decurso do prazo de apresentação.
- d) Laércio ficou exonerado de responsabilidade pelo pagamento do cheque em razão do caráter póstumo do endosso.

Questão 49

Como advogado de Alberto, você participou da elaboração, apresentação e negociação do plano de recuperação extrajudicial de devedor sociedade empresária. Tendo sido este plano assinado por todos os credores por ele atingidos.

Alberto solicitou a você que requisitasse a homologação judicial. Assinale a opção que indica o juízo em que deverá ser apresentado o pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial.

- a) O juízo do domicílio do devedor.
- b) O juízo de qualquer filial do devedor.
- c) O juízo do principal estabelecimento do devedor.
- d) O juízo do principal estabelecimento ou do domicílio do devedor.

Questão 50

Ricardo, administrador da sociedade empresária Lemos Silva Ltda. consulta você para orientá-lo sobre o contrato apropriado para o aumento de sua capacidade de distribuição. A intenção da empresa é celebrar um contrato pelo qual possa receber a posse direta de veículos, que serão indicados por ela ao proprietário, para utilizá-los por prazo determinado, mediante o pagamento de prestações mensais durante a vigência do contrato. Ao termo final, a cliente deseja ter a possibilidade de adquirir os veículos ao invés de ser obrigada a devolvê-los ao proprietário ou renovar o contrato.

Assinale a opção que indica o contrato apropriado para a sociedade empresária.

- a) Arrendamento mercantil.
- b) Cessão de uso a título oneroso.
- c) Locação a prazo determinado.
- d) Compra e venda a prazo.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Luís é senhor de 85 anos de idade e, recentemente, precisou ajuizar uma ação de divórcio litigioso contra sua esposa, Mércia, também idosa. O casal nunca teve filhos e residem na mesma residência desde que contraíram matrimônio. Nesse caso, pode-se afirmar que será competente:

- a) O foro de residência de Luís.
- b) O foro de residência de Mércia.
- c) O foro do último domicílio do casal.
- d) O foro de onde contraíram matrimônio.

Questão 52

O advogado Carlos Eduardo, após uma semana exaustiva de audiências e diligências, estava redigindo a petição inicial de uma ação trabalhista e, tomado pelo cansaço, não percebeu que a remeteu ao juízo cível. Nesse caso:

- a) Caso seja declarada a incompetência, todos os atos serão tidos como nulos.
- b) O juiz poderá prorrogar sua competência e, assim, processar e julgar a causa.
- c) O réu deverá suscitar a incompetência absoluta em petição apartada para que o incidente seja processado e decidido em autos próprios.
- d) O réu deverá suscitar a incompetência como questão preliminar de sua contestação e, caso acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente.

Questão 53

Maria Júlia é uma famosa blogueira em sua cidade e, por isso, suas redes sociais são cheias de postagens de viagens, jantares em restaurantes bem conceituados, presentes recebidos de seguidores e empresas parceiras. Ao ser demandada judicialmente, pediu ao seu advogado que pleiteasse a gratuidade de justiça para que não precisasse gastar dinheiro com as custas e despesas processuais. Com base na narrativa, assinale a alternativa correta:

- a) Caso o advogado de Maria Júlia esqueça de pleitear a gratuidade da justiça, o direito de sua constituinte precluirá e ela será obrigada a suportar as custas e despesas processuais.
- b) A alegação de insuficiência deduzida por Maria Júlia presumir-se-á verdadeira.
- c) O fato de estar assistida por advogado particular impede que Maria Júlia faça jus à gratuidade da justiça.
- d) Caso seja revogado o benefício da justiça gratuita e evidenciada a sua má-fé, Maria Júlia deverá arcar com as despesas processuais que tiver deixado de adiantar.

Questão 54

Carlos foi atropelado por Ana Beatriz e, em razão do acidente, precisou passar por várias cirurgias ortopédicas e, mesmo assistido pelos melhores médicos de sua cidade, perdeu parte do movimento da perna e ficou com cicatrizes bem evidentes. Ana Beatriz não ofereceu nenhuma ajuda no tratamento de Carlos e, por este motivo, foi ajuizada uma ação de indenização por danos materiais, morais e estéticos. Ao longo do processo, foi indicada um médico ortopedista como perito para avaliar o grau de deficiência de Carlos. Analisando a situação narrada, pode-se afirmar que:

- a) Carlos não poderia ter cumulado os pedidos de indenização por dano moral e dano estético.
- b) As causas de impedimento e suspeição não são aplicáveis aos peritos pois, como são auxiliares da justiça, não apresentam qualquer relação com as partes.
- c) O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, devendo apresentar sua escusa, se for o caso, no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Caso o médico ortopedista, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias por até 1 ano.

Questão 55

Os advogados Pedro e Arthur, egressos da mesma turma da faculdade, buscando conferir maior celeridade ao processo no qual atuavam decidiram fixar calendário para a prática dos atos processuais. Nesse caso, é correto:

- a) Após a fixação do calendário processual, sem a participação do juiz, deverá ser peticionado o pedido de homologação das datas estabelecidas pelas partes.
- b) O calendário vinculará as partes, mas não o juiz, pois este não poderá ser submetido a um acordo celebrado sem sua participação.
- c) Os prazos estabelecidos no calendário processual somente serão modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.
- d) Ainda que seja estabelecido o calendário para a prática dos atos processuais, as partes continuarão sendo intimadas.

Questão 56

Ao proferir uma sentença, o juiz deixou de manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos. Qual será o recurso cabível pela parte?

- a) embargos de declaração.
- b) embargos de divergência.
- c) agravo de instrumento.
- d) reclamação.

Questão 57

Diante de evidente repetição de processos contendo controvérsia sobre a mesma questão de direito e o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, um relator suscita, de ofício, um incidente de assunção de competência para que o tribunal firme uma tese sobre o tema. Com base no caso narrado, pode-se afirmar que:

- a) O incidente de assunção de competência, cabível no caso apresentado, também poderia ter sido proposto pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública.
- b) A ausência de grande repercussão social é um impeditivo à admissibilidade do incidente de assunção de competência no caso narrado.
- c) O relator deveria ter proposto, de ofício, a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas e este dispensa a repercussão social.
- d) O incidente de resolução de demandas repetitivas, ao contrário do incidente de assunção de competência, não pode ser requerido pelas partes.



DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Roberto resolve praticar um crime de furto na residência de Felipe, para isso procura seu primo que é chaveiro e lhe relata seu plano criminoso, pedindo para que este faça uma chave micha que lhe viabilizasse adentrar na residência da vítima. Chegado o dia de realizar o crime, ao chegar no local, Roberto percebe que a porta dos fundos da casa estava destrancada, então, ingressa na residência sem precisar utilizar a chave micha que lhe fora fornecida por seu primo, em seguida subtrai diversos bens de dentro da casa.

Chegando em casa, Maria, sua esposa que é evangélica, o convence a devolver todos os pertences furtados pois isto seria um pecado grave, sendo que, Roberto, temeroso à DEUS, atende ao pedido da esposa e devolve todos os bens para a Felipe, que já havia feito a notícia-crime na delegacia do bairro.

Considerando os fatos ocorridos, na condição de advogado(a) de Roberto, você deverá explicar aos familiares de Roberto e seu primo que:

- a) nenhum deles responderá por crime, tendo em vista que houve arrependimento eficaz por parte de Roberto e, como causa de excludente da tipicidade, estende-se também a seu primo.
- b) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a diminuição de pena, de 1/3 a 2/3, do arrependimento posterior apenas a Roberto.
- c) Roberto deverá responder pelo crime de furto simples, aplicando-se causa de diminuição do arrependimento posterior, enquanto seu primo não responderá por qualquer crime.
- d) ambos deverão responder pelo crime de furto qualificado, aplicando-se a redução de pena do arrependimento posterior para ambos, por este se tratar de circunstância de caráter objetivo.

Questão 59

Fabio foi denunciado pela prática do crime de dano qualificado, por ter destruído uma estátua municipal (Art. 163, parágrafo único, inciso III, do CP – pena: detenção de 6 meses a 3 anos e multa), sendo que, em sua Folha de Antecedentes Criminais aparece apenas uma condenação definitiva publicada há 4 anos, pela prática do crime de lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor.

Ao final da instrução, Fabio que está trabalhando e tem 02 filhos com 10 e 12 anos de idade por ele sustentados, confessa integralmente os fatos, afirmando estar arrependido e que “perdeu a cabeça” no momento do crime de dano praticado.

Apenas com base nas informações apresentadas, você advogado(a) de Fabio poderá pleitear, de acordo com o nosso Código Penal:

- a) o reconhecimento do instituto do perdão judicial, para afastar a punibilidade.
- b) o reconhecimento da circunstancia atenuante de pena da confissão espontânea, porem, não sendo possível sua compensação com a reincidência.
- d) apenas o afastamento da circunstancia agravante da reincidência, já que o crime anterior foi praticado em sua modalidade culposa, e não dolosa.
- d) a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, apesar do agente poder ser considerado reincidente.

Questão 60

Flavio, transportava e portava, em seu carro, três armas de fogo, sendo que duas embaixo do banco do carona e uma, em sua cintura. Durante uma blitz de rotina foi abordado por policiais militares, quando foram apreendidas todas as referidas armas. Diante disso, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Flavio pela prática de três crimes de porte de arma de fogo de uso permitido, todos na modalidade de concurso material de crimes (Art. 14 da Lei nº 10.826/03, por três vezes, na forma do Art. 69 do Código Penal). Foi confirmado pela perícia técnica que as armas possuíam efetivo potencial lesivo, bem como que as armas eram mesmo de uso permitido e que estavam com a numeração de série aparente.

Considerando-se todos os fatos narrados, como advogado(a) de Flavio, você deverá defender o reconhecimento:

- a) do concurso formal de crimes entre os três crimes imputados ao agente.
- b) da continuidade delitiva entre os três delitos praticados.
- c) do concurso formal entre dois crimes, em continuidade delitiva com o terceiro delito cometido.
- d) de um crime único, de porte ilegal de arma de fogo.

Questão 61

No dia 28 de setembro de 2011, após uma discussão no trabalho quando todos comemoravam os 19 anos de Pedro, este desferiu uma facada no braço de Ricardo, que ficou revoltado e ligou para a Polícia, sendo Pedro preso em flagrante pela prática do crime de homicídio tentado, obtendo liberdade provisória logo em seguida. O laudo de exame de delito constatou a existência apenas de lesão corporal leve.

A denúncia foi oferecida em 23 de setembro de 2013 e recebida pelo juiz em 28 de setembro de 2013. Após a primeira fase do procedimento do Júri, em que a vítima compareceu confirmando os fatos, inclusive dizendo acreditar que a intenção do agente era efetivamente matá-la, e demonstrou todo seu inconformismo com a conduta do réu, Pedro foi pronunciado, sendo a decisão publicada em 23 de setembro de 2015. Submetido a julgamento em sessão plenária em 18 de agosto de 2017, os jurados afastaram a intenção de matar, e então desclassificaram a conduta para o crime de lesão corporal simples, com pena máxima prevista de 01 ano. Lembrando que, o Código Penal prevê que penas de 01 a 02 anos prescrevem em 04 anos.

Chamado(a) para atuar como advogado(a) de Pedro, e considerando apenas as informações apresentadas, você deverá requerer a declaração de extinção da punibilidade pela:

- a) decadência, por ausência de representação da vítima.
- b) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do oferecimento da denúncia e a da publicação da decisão de pronúncia.
- c) prescrição da pretensão punitiva, pelo decurso do prazo prescricional entre a data do fato e a do recebimento da denúncia.
- d) prescrição da pretensão punitiva, porque entre a data do recebimento da denúncia e do julgamento pelo júri decorreu mais tempo que o prazo prescricional.

Questão 62

Com dificuldades financeiras e desejando comprar um novo celular, Mara, que não possuía envolvimento pretérito com crimes, aceita, a pedido de sua prima, transportar 500 g de cocaína de Recife para João Pessoa. Para aceitar a tarefa, Mara solicitou R\$ 5.000,00, já que estava muito nervosa por nunca ter praticado qualquer comportamento semelhante.

Após a transferência do valor acordado, Mara esconde os entorpecentes na mala de seu carro e inicia a viagem com a referida substância, porém, ainda no estado de Pernambuco, 30 minutos depois, é abordada por policiais e presa em flagrante.

Após denúncia pela prática do crime de tráfico de drogas, com causa de aumento do Art. 40, inciso V, da Lei nº 11.343/06 (“caracterizado tráfico entre Estados da Federação ou entre estes e o Distrito Federal”), todos os fatos são confirmados: Folha de Antecedentes Criminais sem outras anotações, primeira vez transportando drogas, a transferência do valor cobrado, a natureza ilícita do bem transportado e que a pretensão era mesmo entregar a droga em João Pessoa.

Você, como advogado(a) foi intimado da sentença condenatória nos termos da denúncia, e de acordo com as previsões da Lei nº 11.343/06 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, deverá requerer:

- a) o reconhecimento do tráfico privilegiado e reconhecimento da tentativa, como causas de diminuição de pena.
- b) o afastamento da causa de aumento de pena no tráfico interestadual e o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado.
- c) o reconhecimento da causa de diminuição de pena do tráfico privilegiado, apenas.
- d) o afastamento da causa de aumento de pena do tráfico interestadual, apenas.

Questão 63

Rodrigo foi ameaçado de morte por Lucas, conhecido na vizinhança como impiedoso matador de aluguel. Tendo sido avisado, por fontes seguras, que Lucas o mataria naquela noite e, visando defender-se, Rodrigo saiu de casa com uma faca no bolso de seu casaco, pois sabia que poderia encontrar Lucas pelo caminho.

Quando passava por uma rua deserta e escura Rodrigo se depara com Lucas e vendo que este colocava a mão no bolso, precipita-se e, objetivando impedir o suposto ataque que iminente, esfaqueia Lucas, provocando-lhe lesões corporais que desejava para se defender. Todavia, após o ocorrido, o próprio Lucas contou a Rodrigo que não iria matá-lo, pois há muito tinha desistido de seu intento e, naquela noite, tinha ido ao seu encontro justamente para dar-lhe a boa notícia. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que:

- a) considerando-se o erro cometido por Rodrigo como escusável, Rodrigo não poderia ser considerado isento de pena.
- b) considera-se que a conduta de Rodrigo foi dolosa.
- c) Rodrigo não agiu em legítima defesa putativa, em face de seu erro.
- d) considerando-se o erro de Rodrigo como inescusável, ele ainda assim responderia a título de dolo.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Após inúmeras alterações na Lei Maria da Penha, hoje temos apenas um crime previsto em seu texto - trata-se do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A, da Lei 11.340/2006). Trabalhando apenas com o texto da Lei 11.340 e demais leis penais especiais, aponte a alternativa incorreta:

- a) trata-se de crime afiançável.
- b) está previsto em legislação penal especial.
- c) aplica-se para mulheres.
- d) admite interceptação telefônica.

Questão 65

A Lei de Drogas - Lei 11.343/2006 - nos apresenta uma relação grande majorantes em seu artigo 40. Tendo em vista apenas a literalidade desse dispositivo, apresente a alternativa abaixo que não configura uma majorante expressa no artigo 40 dessa lei:

- A. a transnacionalidade do delito de tráfico de drogas.
- B. sua prática visar atingir adolescente.
- C. tráfico interestadual de drogas.
- D. o traficante ser financiado na prática de suas condutas.

Questão 66

Faz parte dos requisitos especiais para a progressão de regime de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, exceto:

- a) não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.
- b) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente.
- c) ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.
- d) ter cumprido ao menos 16% da pena no regime anterior.

Questão 67

Qual dos institutos abaixo é admitido para o condenado por crime hediondo ou equiparado, durante a execução de sua pena:

- a) indulto
- b) fiança
- c) graça
- d) monitoração eletrônica

Questão 68

Indique qual das alternativas abaixo encontra-se compatível com as disposições legais referentes ao tratamento do perfil genético do criminoso:

- a) O condenado por crime hediondo somente será submetido à identificação do perfil genético se resultar morte da vítima.
- b) Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.
- c) A autoridade policial poderá requerer, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético, independentemente de autorização judicial.
- d) A recusa em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético caracteriza falta grave, por interpretação jurisprudencial.

Questão 69

Assinale a opção correta nos termos da Lei n.º 9.296/1996

- a) A referida medida poderá ser determinada no curso da investigação criminal ou da instrução processual destinada à apuração de infração penal punida, ao menos, com pena de detenção.
- b) A existência de outros meios para obtenção da prova não impedirá o deferimento da referida medida.
- c) O deferimento da referida medida exige a clara descrição do objeto da investigação, com indicação e qualificação dos investigados, salvo impossibilidade manifesta justificada.
- d) A utilização de prova obtida a partir da referida medida para fins de investigação de fato delituoso diverso imputado a terceiro não é admitida.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

A empregada, Zildinha, trabalha em uma empresa cumprindo a seguinte jornada de trabalho: nos 10 primeiros dias do mês, de segunda-feira a sábado, de 08:00 às 16:00h; nos 10 dias seguintes, de segunda-feira a sábado, de 16:00 às 24:00h; nos últimos 10 dias do mês, de segunda-feira a sábado, de 24:00 às 8:00h – e assim sucessivamente em cada mês -, sempre com intervalo de 1 hora para refeição. Não existe acordo coletivo nem convenção coletiva regendo a matéria para sua categoria profissional.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Na hipótese, há caracterização de regime de tempo parcial, cuja jornada deveria não exceder a trinta horas semanais.
- b) Na hipótese, há caracterização de regime de tempo parcial, cuja jornada deveria não exceder a vinte e seis horas semanais.
- c) Na hipótese, a jornada enquadra-se nos preceitos constitucionais de 8 horas diárias e 44 horas semanais.
- d) Na hipótese, há caracterização de turno ininterrupto de revezamento, cuja jornada deveria ser de até 6 horas diárias.

Questão 71

Rosa foi contratada pela empresa XPTO e com a promessa de que sua CTPS seria assinada, o que nunca aconteceu, pois a empresa alegava que ela tinha sido contratada por prazo determinado. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A empregada deveria ter sido registrada no prazo de 48 horas.
- b) A empregada deveria ter sido registrada no prazo de 24 horas
- c) A empregada deveria ter sido registrada no prazo de 5 dias úteis.
- d) A empresa não precisa ser registrada, quando submetida a contrato por prazo determinado.

Questão 72

Analise as seguintes afirmativas:

- I. Joana possui apenas uma empregada doméstica em sua residência;
- II. A empresa “Corujinha” Ltda. possui vinte empregados em seu estabelecimento;
- III. A empresa “Carga&Recarga” Ltda. conta com vinte e dois colaboradores distribuídos igualmente entre duas filiais;
- IV. “Sonhos&Cia” tem registrado em sua empresa trinta empregados, sendo cinco deles considerados como hipersuficientes.

Conforme a norma trabalhista em regência, assinale a opção que indica, em razão dos eventos relatados, quem está obrigado a ter controle de jornada através de cartão de ponto.

- a) II, III e IV apenas.
- b) II e IV apenas.
- c) I e III apenas.
- d) I e IV apenas.

Questão 73

A empresa, “Alimentação Vida Leve” Ltda., decide aumentar a quantidade de benefícios a serem fornecidos para os seus empregados através de regulamento da empresa.

O setor de recursos humanos faz uma análise acerca da viabilidade dos benefícios a serem concedidos, conforme sugestão dos sócios, e optam em conceder habitação e alimentação.

Desta forma, a empresa concedendo habitação e a alimentação como salário-utilidade, estas deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a:

- a) 12% e 18% do salário contratual
- b) 15% e 10% do salário contratual
- c) 25% e 20% do salário contratual
- d) 20% e 15% do salário contratual

Questão 74

O FGTS é um fundo criado pelo Governo Federal para proteger o trabalhador dispensado sem justa causa, mediante a uma conta vinculada ao contrato de trabalho. O aprendiz, João de Guerra, observa que nunca teve recolhido tal benesse e resolve questionar o gerente de Recursos Humanos, Sr. Mario.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, inclusive, aos que estão na condição de João (aprendiz).
- b) O FGTS deverá ser recolhido para os que possuem contrato de aprendizagem, mas terão a alíquota reduzida para dois por cento, sendo depositado até o dia 7 (sete) de cada mês.
- c) O FGTS é um direito dos empregados regidos estritamente pela Consolidação das Leis do Trabalho, o que não abrange os contratos de aprendizagem.
- d) O FGTS deverá ser recolhido para os que possuem contrato de aprendizagem, mas terão a alíquota reduzida para cinco por cento, sendo depositado até o dia 7 (sete) de cada mês.

Questão 75

Gilda pretende contratar uma babá para tomar conta de sua filha. De acordo com a Lei de Regência, a idade mínima para que alguém seja contratado como empregado doméstico é de:

- a) 14 anos;
- b) 16 anos;
- c) 18 anos;
- d) 21 anos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Roberval contrata uma empregada doméstica, Sra. Izildinha, para auxiliar a sua esposa nos afazeres domésticos. Insatisfeita com a relação laboral formada, a empregada resolve ingressar com Ação Trabalhista pleiteando diversas verbas não arcadas pelo empregador.

No entanto, na data designada para a audiência inaugural Roberval e Izildinha não compareceram a audiência.

Diante da situação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Ocorrerá o arquivamento da reclamação trabalhista.
- b) Por se tratar de ausência de autor e réu, aplicar-se-á confissão ficta para ambas as partes.
- c) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, mas sem consequências para o autor.
- d) Ocorrerá a aplicação de revelia ao réu, e o julgamento com base nas regras de ônus da prova.

Questão 77

Priscilinha foi contratada na qualidade de advogada da empresa “Todos a bordo” Ltda., a qual foi condenada parcialmente em uma Reclamação Trabalhista movida por seu ex-colaborador. O reclamante inconformado com a sentença proferida interpôs Recurso Ordinário, o qual não foi conhecido em segundo juízo de admissibilidade, juízo ad quem, sob a alegação de intempestividade.

Diante do exposto, e objetivando impugnar a decisão denegatória de seguimento do recurso, a advogada deverá se valer da seguinte medida judicial:

- a) Agravo de Instrumento
- b) Agravo Interno
- c) Mandado de Segurança
- d) Embargos de Declaração

Questão 78

Determinada empresa pública municipal, “XPTO”, exploradora de atividade econômica, interpôs recurso ordinário, no décimo sexto dia útil após a intimação da sentença, ao qual foi negado seguimento pelo magistrado do trabalho, sob o fundamento de intempestividade e ausência do depósito recursal.

Considerando a situação proposta, é possível afirmar que o juiz do trabalho

- a) agiu equivocadamente, pois todas as empresas públicas gozam de prazo em dobro para interpor recursos no âmbito processual trabalhista.

- b) agiu equivocadamente, pois a empresa pública municipal em questão goza das mesmas prerrogativas da Fazenda Pública, no âmbito processual trabalhista.
- c) agiu equivocadamente, pois não se exige das empresas públicas exploradoras de atividade econômica o depósito recursal.
- d) agiu corretamente, pois a empresa pública municipal em questão deveria ter respeitado o prazo de oito dias úteis e não estava desobrigada do depósito recursal.

Questão 79

No que tange aos aspectos legais introduzidos pela reforma trabalhista, observa-se que a execução trabalhista poderá ser promovida pelas partes, ou de ofício pelo magistrado do trabalho

- a) apenas nos casos em que as partes não estiverem representadas por advogado.
- b) sempre que a parte interessada não adotar as providências para iniciar a liquidação da sentença.
- c) sempre que for parte os órgãos da Administração Pública direta, autárquica ou fundacional.
- d) quando a reclamada for massa falida ou empresa em recuperação judicial.

Questão 80

Roberto interpôs Recurso Ordinário ao ter ciência de que foi julgado improcedente o seu pedido de reconhecimento de vínculo empregatício em face da empresa XPTO LTDA.

Ele não juntou declaração de miserabilidade na petição inicial e no recurso, mas requereu, em pedido expresso no apelo, o benefício da gratuidade de justiça, afirmando não ter recursos para recolher o valor das custas sem prejuízo do seu sustento e de sua família.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O empregado apenas pode requerer o benefício da justiça gratuita até a prolação da sentença.
- b) O empregado pode requerer o benefício da justiça gratuita apenas até os recursos de natureza ordinária.
- c) O empregado pode requerer tal benefício em grau recursal, desde que haja concordância da parte contrária.
- d) O empregado pode requerer tal benefício em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que, na fase recursal, o seja no prazo alusivo ao recurso.